

CLIPPING IMPRESSO

14/08/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. INFORMATIVO.....	1
1.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	2
1.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	3 - 5
2. JORNAL EXTRA	
2.1. CONVÊNIOS.....	6 - 7
2.2. DECISÕES.....	8
3. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	
3.1. INSTITUCIONAL.....	9
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DESEMBARGADOR.....	10 - 11

OTONLIMA

Mãos dadas

UFMA e Ceuma promovem juntas o "II Congresso Internacional sobre Violência, Polidez, Mediação de Conflitos e Acesso à Justiça", a acontecer na unidade Renascença da universidade privada, entre 28 e 30 deste mês.

Da Europa à África

Como convidados internacionais do congresso, estão confirmados: Zoltan Kovecses (Universidade Eötvös Loránd University/Hungria); Quentin Williams (University of the Western Cape/África do Sul); Jean-Rémi Lapaire (Universidade Bordeaux/França); Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta de Lisboa/Portugal) e Maria Sandra Peña-Cervel (Universidade de La Rioja/Espanha).



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**CONVOCAÇÃO Nº 01/2019 - TJMA
Pregão Eletrônico nº 49/2018 – SRP
Processo nº 34.510/2018**

Objeto: Convocação das empresas constantes no Cadastro de Reserva da ARP nº 120/2018-TJMA, cujo objeto trata-se da contratação de serviços terceirizados e continuados de motorista para a condução de veículos pertencentes à frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. **Documentos:** Apresentação de Proposta de Preço adequada ao vencedor e documentos de Habilitação, conforme consta no Edital PE nº 49/2018; **Prazo:** até 48 (quarenta e oito) horas a contar da publicação do Aviso de Convocação; **Horário:** Das 8h às 17h; **Local:** Sala da Coordenadoria de Licitação e Contratos, Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA; **E-mail:** colocitacao@tjma.jus.br; **Fone:** (98) 3261-6181 / 3261-6194. São Luís/MA, 13 de agosto de 2019.

Maurício Fernandes Lima – Coordenador de Licitação e Contratos. Matrícula nº 144576.



Déficit de 3,3 mil vagas em prisões do Maranhão

Dado do TJ/MA, divulgado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, revela população carcerária de 11.756 presos para um total de 8.531 vagas. **POLÍCIA 10**

Superlotação: MA tem déficit de 3,3 mil vagas no sistema prisional

Dados do TJMA, divulgados pela Sociedade de Direitos Humanos, revelam uma população carcerária de 11.756 detentos, para um total de 8.531 vagas

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

A população carcerária do Maranhão supera em 3.324 detentos a capacidade de vagas oferecidas pelo sistema prisional. O Estado disponibiliza apenas 8.531 vagas e, até o mês de abril deste ano, tinha uma população carcerária de 11.756 presidiários, de acordo com relatório divulgado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), com base em dados da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, do Tribunal de Justiça.

Segundo o levantamento divulgado pela SMDH, a superlotação é mais grave nas unidades prisionais do interior do estado. No momento, há 5.938 custodiados nesses presídios, que ofertam apenas 3.796 vagas, um excedente de 2.142 internos. Na Grande Ilha, os presídios têm capacidade de 4.267 vagas e, no momento, suportam um contingente de 5.449 internos, ou seja, há 1.182 presos a mais do que as unidades comportam.

Os dados da SMDH também revelam que, dos 11.756 presidiários, apenas 54% já foram condenados, enquanto 5.439 são considerados provisórios. O relatório aponta, ainda, que nos últimos quatro anos houve um aumento de 3.783 detentos no sistema. Até o mês de abril deste ano, o sistema prisional maranhense abrigava 11.756 presidiários. Em 2015, o contingente era de 7.973 custodiados.

Força-tarefa

Uma força-tarefa criada no mês de abril deste ano por representantes da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) constatou superlotação na Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim. O presídio tem capacidade para atender 149 internos, mas, no momento da checagem feita pelos defensores, abrigava 230 detentos.

A Defensoria Pública informou que a ação tem como um dos objetivos analisar os processos dos internos. A DPE explicou que o pro-

blema da superlotação é motivado pela transferência recorrente de custodiados dos municípios de Arari, Vitória do Mearim, Vargem Grande e Cantanhede para o presídio de Itapecuru-Mirim.

Superlotação

Também na segunda quinzena de abril deste ano, o diretor administrativo e de atendimento da unidade prisional de Imperatriz, Elias Oliveira, encaminhou um ofício ao delegado regional da cidade, Ederson Martins, informando sobre a proibição das unidades prisionais do município de receber presos provisórios de outras comarcas. A determinação foi do juiz da Vara de Execuções Penais, Márcio Henrique Mesquita Reis.

A Justiça alegou superlotação nos presídios. A unidade prisional de Imperatriz, antiga CCPJ, tem 265 vagas e no momento abriga em suas celas 358 apenados. Esse contingente corresponde a um excesso de 35% ou 93 presidiários a mais. No presídio regional de Imperatriz, a capacidade é

de 204 vagas para uma massa carcerária de 344 internos, o que corresponde a um excedente de 68%. A unidade prisional GJD (Associação de Assistência ao Condenado - Apac), com 117 vagas, acolhe hoje um público de presidiários do sexo masculino e feminino de 174 pessoas, um excedente de 48%.

A então juíza da Vara do Idoso, Oriana Gomes, declarou, em entrevista ao **O Estado**, que pode haver pessoas presas de forma irregular no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a exemplo do caso do estudante Thiago Arthur Fonseca Ferreira, de 21 anos, ocorrido ano passado.

Thiago passou oito meses em Pedrinhas sem ter nenhuma denúncia ou ordem de prisão em seu desfavor. Em audiência de custódia, o juiz plantonista determinou que ele fosse submetido a tratamento contra dependência química, no Hospital Nina Rodrigues, mas ele foi reencaaminhado ao presídio. ●

Íntegra em oestadoma.com/471018

Divulgação



Superlotação é uma realidade em presídios da capital e do interior

NÚMEROS

11.756

detentos no sistema
prisional do estado

8.531

vagas disponíveis nas
unidades prisionais

**DPE e PGE aderem à
Ecoliga para replicar
e fortalecer práticas
no poder público**

PÁGINA 5

SUSTENTABILIDADE

DPE e PGE aderem à Ecoliga para replicar e fortalecer práticas no poder público

O defensor-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, e o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha, assinaram nesta segunda-feira (13), o Termo de Cooperação Técnica de adesão à Ecoliga. Criada em 2016, a Ecoliga é uma associação que fomenta o aprimoramento da gestão socioambiental e o desenvolvimento sustentável das instituições públicas participantes, com a implementação de políticas e tecnologias que promovam uma gestão pública eficiente de recursos, gerando responsabilidade socioambiental e redução de custos.

No evento realizado no auditório da sede da Defensoria, em São Luís, a instituição anfitriã e a PGE foram confirmados como os novos integrantes da Ecoliga, que já tem em sua composição representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho – 16ª região, Justiça Federal, Universidade Federal do Maranhão, Ministé-



rio Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado e Universidade Estadual do Maranhão.

Após a apresentação dos idosos que integram o coral do Sesc, “Vozes de Sabedoria”, conduzido pelo regente Francisco Neelman, o presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, do TJMA, o desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, deu boas-vindas à Defensoria e à

PGE, destacando a importância das duas instituições para o fortalecimento das ações compartilhadas pela associação.

Em agradecimento, Alberto Pessoa Bastos falou da alegria e honra de compor o grupo, que segundo ele, comunga dos mesmos ideais já disseminados pela sua gestão desde junho de 2018. Neste contexto, o defensor-geral apresentou um panorama dos projetos e

ações baseados na sustentabilidade e economicidade, com ênfase no “Consumo Consciente” e na implantação dos núcleos ecológicos, iniciativa pioneira no Brasil.

“Esta será uma ótima oportunidade para compartilharmos nossas ações e trocarmos experiências valiosas, que resultarão em melhorias para o nosso ambiente de trabalho e ainda garantirão impactos positivos aos serviços que prestamos à comunidade”, assinalou.

O procurador-geral também manifestou sua satisfação em integrar à Ecoliga, ao destacar o compromisso do Estado com as causas socioambientais. “Nós, membros do Poder Público, temos o dever redobrado de trabalhar conjuntamente para que a agenda da sustentabilidade seja uma realidade, que transcenda a mera retórica”, disse Rodrigo Maia Castro, ao também agradecer e elogiar os intentos dos integrantes da Ecoliga.

Negado pedido para anular filiação de filha não biológica

Seguindo voto do desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou, por unanimidade, pedido de pai para cancelar paternidade em registro civil de nascimento de filha, após ter descoberto, por meio de exame de DNA, depois de 10 anos, que não era o pai biológico.

O desembargador Jorge Figueiredo entendeu que para a anulação de ato cartorário (registro de nascimento) realizado de livre e espontânea vontade pelo pai, seria necessário comprovar o vício de consentimento, o que não foi demonstrado.

Em seu voto, o magistra-

do afirmou que “se o apelante compareceu ao cartório e declarou fato ao registro público, não pode ele, agora, procurar anulá-lo visando beneficiar-se, principalmente em prejuízo de quem não participou do ato e nem podia participar, por ser menor de idade”.

O desembargador considerou que a prevalência dos interesses da criança é o sentimento que deve nortear a condução do processo em que se discute de um lado o direito do pai de negar a paternidade em razão do estabelecimento da verdade biológica e, de outro, o direito da criança de ter preservado seu estado de filiação.

DPE e PGE aderem à Ecoliga para replicar e fortalecer práticas de sustentabilidade no poder público

DPE e PGE aderem à Ecoliga para replicar e fortalecer práticas de sustentabilidade no poder público

O encerramento do evento ficou a cargo do desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, que ministrou a palestra magna como o tema “A experiência da sustentabilidade na gestão pública”.

O defensor-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, e o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha, assinaram nesta segunda-feira (13), o Termo de Cooperação Técnica de adesão à Ecoliga. Criada em 2016, a Ecoliga é uma associação que fomenta o aprimoramento da gestão socioambiental e o desenvolvimento sustentável das instituições públicas participantes, com a implementação de políticas e tecnologias que promovam uma gestão pública eficiente de recursos, gerando responsabilidade socioambiental e redução de custos.

No evento realizado no auditório da sede da Defensoria, em São Luís, a instituição anfitriã e a PGE foram confirmados como os novos integrantes da Ecoliga, que já tem em sua composição representantes do Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal



Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho – 16ª região, Justiça Federal, Universidade Federal do Maranhão, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado e Universidade Estadual do Maranhão.

Após a apresentação dos idosos que integram o coral

do Sesc, “Vozes de Sabedoria”, conduzido pelo regente Francisco Neelman, o presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, do TJMA, o desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf, deu boas-vindas à Defensoria e à PGE, destacando a importância

das duas instituições para o fortalecimento das ações compartilhadas pela associação.

Em agradecimento, Alberto Pessoa Bastos falou da alegria e honra de compor o grupo, que segundo ele, comunga dos mesmos ideais já disseminados pela sua gestão desde junho de 2018. Neste contexto, o defensor-geral apresentou um panorama dos projetos e ações baseados na sustentabilidade e economicidade, com ênfase no “Consumo Consciente” e na implantação dos núcleos ecológicos, iniciativa pioneira no Brasil.

“Esta será uma ótima oportunidade para compartilharmos nossas ações e trocarmos experiências valiosas, que resultarão em melhorias para o nosso ambiente de trabalho e ainda garantirão impactos positivos aos serviços que prestamos à comunidade”, assinalou.